

América Latina

## **A crise colombiana: uma visão a longo prazo**

Alexandra Barahona de Brito

A complicada situação na Colômbia simboliza a complexidade dos desafios com que se defronta a América Latina, sobretudo de ordem interna, mas com importantes ramificações internacionais, tanto ao nível dos problemas como ao nível das respostas. A América Latina é uma zona livre de armas nucleares, e não existem armas de destruição maciça. No século XX, poucos conflitos interestatais existiram e desde o fim da Guerra Fria que nem o Tratado do Rio nem a Carta foram invocados por razões de segurança. Somente a Resolução 1080 foi invocada, em defesa da democracia, o que é um indicador relativamente aos principais problemas de segurança da região. As clássicas ameaças de segurança não estão presentes – os desafios à paz estão dentro das nações, ameaçando a estabilidade e a consolidação democráticas, e espalham-se por via da criminalidade associada ao tráfico de droga e armas. Se algum país simboliza a violência desta ameaça é a Colômbia.

Pelo menos durante metade do século XX, a Colômbia viveu em estado de conflito violento. A guerra civil entre Liberais e Conservadores, entre 1948 e 1958 – la Violencia – transformou-se, nos anos 60, num conflito da Guerra Fria, entre liberais, que entretanto se tornaram marxistas, e as forças estatais. Na última década, contam-se mais de 30.000 vítimas, entre mortos e desaparecidos, e mais de 1 milhão de deslocados internos. Nas favelas de Bogotá residem mais de 2 milhões de pessoas, na sua maioria deslocados. Os civis são as principais vítimas, incluindo líderes comunitários, sindicalistas, activistas políticos e dos direitos humanos e, nas áreas onde militares, paramilitares e guerrilheiros disputam o controlo territorial, camponeses. Cerca de 73% dos assassinatos são atribuídos às forças paramilitares, 10% às forças estatais e 17% à guerrilha.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) surgiram em 1966. Deixaram de ser uma força de guerrilha marxista, sendo agora uma força política armada, que luta pelo controlo territorial com financiamento proveniente da droga. Através da cobrança de taxas à produção de droga, estima-se que arrecadem cerca de 300 milhões de dólares por ano. Apesar de as FARC terem tentado a via pacífica nos anos 80, com a formação da

União Patriótica (UP), foram atacados pelas forças paramilitares. O Exército de Libertação Nacional (ELN) foi formado em 1964, inspirado pela revolução cubana e liderado por padres da teologia da libertação. Praticamente destruído pelos militares em 1973, o ELN escolheu o rapto como fonte de financiamento – em 2001, calcula-se que tenham feito cerca de 800 reféns.

Nos anos 80 surgiu um novo e pernicioso actor – as forças paramilitares. Já no início dos anos 60 tinham surgido, por legislação governamental, grupos de auto-defesa, mas as raízes das forças paramilitares encontram-se na transformação dos cartéis da droga em proprietários de terra, nos anos 80 (cerca de 3.5 milhões de hectares são propriedade dos senhores da droga). O grupo mais violento, as Forças Unidas de Auto-Defesa da Colômbia (AUC), surgiu em 1997, unindo todos as forças paramilitares. Os seus cofres são abastecidos por dinheiro da droga e a sua força reforçada por ligações, não públicas mas irrefutáveis, com os militares. A Colômbia representa um ideal-tipo de conflito baseado num Estado fraco e ineficiente, com a presença de «senhores da guerra» em parcelas do território nacional cujo controlo é garantido pela existência de um negócio rentável. A Colômbia representa 80% do fornecimento mundial de cocaína e mais de 90% da produção que chega aos EUA. A penetração do tráfico de droga nas esferas política e social levou ao surgimento do termo narco-democracia.

### ***O novo governo e o cessar-fogo paramilitar: uma nova oportunidade?***

O novo presidente, Álvaro Uribe, tomou posse em Agosto de 2002, com grandes medidas de segurança provocadas por informações de um ataque das FARC à cerimónia. O presidente sobreviveu, mas os rebeldes conseguiram furar a barreira de segurança, despoletando bombas a poucas centenas de metros do alvo. Uribe enfrenta a pouco invejável tarefa de tentar impor a paz num país assolado pela violência, uma obra que os seus antecessores, Ernesto Samper e Andrés Pastrana, não conseguiram finalizar com sucesso.

A administração de Samper, e o próprio presidente, foi acusada de ser financeiramente dependente dos produtores de droga. A política de Pastrana de dar às FARC, em 1998, um «santuário» de 42.000 quilómetros quadrados, para iniciar as conversações de paz, foi um fracasso. As conversações decorreram num clima de crescente violência das FARC e o santuário foi usado como base para o tráfico de droga e armas, permitindo à guerrilha derrotar os militares em diversas operações e capturar centenas de oficiais. Apesar de ter

dado sinais de ser favorável à paz, o ELN foi ignorado pela presidência de Pastrana , que também menosprezou o enorme crescimento das forças paramilitares, fruto do reforço das laços com os militares e com os proprietários de terras.

Meses após a tomada de posse de Uribe, as AUC declararam um cessar-fogo unilateral, a que aderiram outros dois grupos, tendo-se iniciado as negociações com o governo. Trata-se de uma nova oportunidade para a paz, mas os desafios são gigantescos. As exigências das AUC são exorbitantes: pagamentos do governo para se afastarem do dinheiro da droga, amnistia e liberdade para os membros que estão detidos. Como indicam os recentes ataques da guerrilha, os rebeldes estão a tirar partido do cessar-fogo para aumentarem o seu poder.

A dificuldade de alcançar a paz na Colômbia reside nas diversas razões estruturais que lhe subjazem. Em primeiro lugar, a presença de redes criminais internacionais, que controlam o tráfico de droga. Estas organizações operam como grupos terroristas, com células altamente compartimentalizadas que separam as diferentes actividades, têm ao seu dispor o equipamento e as armas tecnologicamente mais desenvolvidas do mercado, e criaram vastas capacidades de contra-informação e de redes de transporte. Segundo, um círculo vicioso de violência e crime. O tráfico de droga é um catalisador da violência e do crime. As taxas de criminalidade aumentaram muito em diversos países e substituíram a violência política enquanto maior ameaça à segurança pública. O receio público e a insegurança geram respostas cada vez mais duras e anti-democráticas por parte dos governos, das forças armadas e policiais. Os cidadãos começam a considerar inadequadas as instituições que os deveriam proteger, como o atesta o aumento de milícias populares de vigilância. Nas zonas mais pobres e desprovidas de protecção estatal, esquadrões da morte tornam-se parte de uma ordem social e de um sistema paralelo de justiça. As crescentes violência e criminalidade levam mesmo a uma reacção contra a democracia e os direitos humanos, reforçam a crença na «lei da força» e enfraquecem os compromissos em relação a conceitos como a igualdade perante a lei. Em terceiro lugar, a existência de um próspero tráfico de armas, corolário indispensável do tráfico de droga, que leva ao aumento da violência social. Finalmente, a pobreza e a desigualdade, que reforçam a fragilidade das já de si frágeis democracias e aumentam a probabilidade de os cidadãos se envolverem em actividades ilícitas como forma de sobrevivência.

***Qual será a resposta internacional?***

A violência pode ter causas estruturais, mas é passível de solução política. Por outras palavras, o que pode parecer intratável e insolúvel (em termos estruturais) pode ser alterado, de um dia para o outro, pela vontade do homem. Pelo menos, assim o parecem demonstrar os casos de Timor-Leste, do Srilanka e da Irlanda do Norte. A ameaça que a Colômbia enfrenta é de origem nacional – e certamente são os colombianos que pagam o maior preço – mas tem dimensão transnacional. Actualmente, está a evoluir para um contexto qualitativamente diferente, de globalização e declínio do poder soberano dos Estados, em termos da sua capacidade para lidar, individualmente, com os seus problemas. As respostas devem, assim, ser dadas a diversos níveis, utilizando uma variada gama de instrumentos, devem ser concebidas transnacionalmente e postos em prática nacional e internacionalmente (a região já está a desenvolver algumas iniciativas, no quadro da Organização de Estados Americanos).

A vontade dos países da região para se envolverem em políticas cooperativas abertas, no entanto, depende em grande medida da vontade dos Estados Unidos de agir a nível multilateral. A acção unilateral dos Estados Unidos é muito perniciosa para o sistema cooperativo da OEA. O unilateralismo é uma questão particularmente sensível quando estão em causa questões como o combate à droga ou ao terrorismo e, por outro lado, enfraquece a legitimidade e a credibilidade do sistema da OEA, encorajando outros países a não levarem a sério os seus compromissos. A Colômbia suscita questões muito sérias à comunidade internacional e à União Europeia: estará disposta a empreender seriamente a cooperação multilateral? Estará disposta a levar a sério a pobreza e a desigualdade? Estará disposta a seguir a via mais árdua, a do empenho numa solução político-militar equilibrada? Estará disposta, finalmente, a reconhecer que o que acontece aos camponeses colombianos é tão importante como o que acontece dentro das confortáveis fronteiras da Europa Ocidental? A União Europeia deve responder a estas questões, e as suas respostas implicam que trabalhe no desenvolvimento de uma política externa e de segurança que permita uma acção consistente no exterior.